

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## REFLEXÕES SOBRE A ATUAL CONJUNTURA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA

Carla Rafaela Lemos Sales<sup>1</sup>Adriana de Azevedo Mathis<sup>2</sup>Rodrigo Dias Sampaio<sup>3</sup>Luana Grazielle Modesto da Silva<sup>4</sup>Ana Gabriela Carneiro do Nascimento Maués<sup>5</sup>

### RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre a conjuntura contemporânea e seus rebatimentos no Serviço Social na área sociojurídica, particularmente em relação ao mercado de trabalho, atribuições, demandas, competências e requisições institucionais. Com base nas discussões que se inserem na teoria social crítica, em um primeiro momento reflete-se acerca das profundas modificações ocorridas na produção e reprodução da vida social em tempos de capitalismo financeiro mundializado, associado a padrões de acumulação flexível, e orientado ideologicamente pelas concepções neoliberais. Em seguida, buscam-se elementos teóricos para pensar e refletir os rebatimentos das relações sociais contemporâneas no trabalho do assistente social. Em um terceiro momento, realiza-se um exercício de ilustrar as refrações da atual conjuntura no trabalho dos assistentes sociais situados na área sociojurídica. Por fim, ressalta-se a necessidade de buscar mediações que permitam ler criticamente e apreender a totalidade da realidade do Serviço Social nas instâncias de natureza jurídica.

**Palavras-chave:** Conjuntura contemporânea; Estado; Serviço Social no sociojurídico.

### ABSTRACT

This paper aims to reflect on the contemporary conjuncture and its repercussions in Social Work in the socio-legal area, particularly in relation to the labor market, attributions, demands, competencies and institutional requisites. Based on discussions that fall under the critical social theory, at first it is reflected on the profound changes that have occurred in the production and reproduction of social life in globalized financial capitalism times associated with flexible accumulation patterns, and ideologically oriented by neoliberal conceptions. Then, seeks theoretical elements to think and reflect the refutations of contemporary social relations in the work of the social worker. In a third moment, an exercise is performed to illustrate the refractions of the current situation

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Serviço Social da UFPA; Doutora; [carlasales@ufpa.br](mailto:carlasales@ufpa.br).

<sup>2</sup> Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA; Doutora; [adriana.azevedo.mathis@gmail.com](mailto:adriana.azevedo.mathis@gmail.com).

<sup>3</sup> Discente da Faculdade de Serviço Social da UFPA; Graduando; E-mail: [sodrigorampaio@gmail.com](mailto:sodrigorampaio@gmail.com).

<sup>4</sup> Discente da Faculdade de Serviço Social da UFPA; Graduanda; E-mail: [gra91475@gmail.com](mailto:gra91475@gmail.com).

<sup>5</sup> Discente da Faculdade de Serviço Social da UFPA; Graduanda; [anagabrielamaues@gmail.com](mailto:anagabrielamaues@gmail.com).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

in the work of social workers located in the socio-legal area. Finally, it emphasizes the need to seek mediations that allow read and critically grasp the totality of the reality of social services in instances of legal nature.

**Keywords:** Contemporary conjuncture; State; Social Work in social-legal.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir sobre a atual conjuntura e seus rebatimentos no Serviço Social no sociojurídico, particularmente em relação ao mercado de trabalho, atribuições, demandas, competências e requisições institucionais a partir de levantamento bibliográfico realizado sobre produções na área<sup>6</sup>.

Em um primeiro momento reflete-se acerca das profundas modificações na produção e reprodução da vida social em tempos de capitalismo financeiro mundializado, associado a padrões de acumulação flexível, e orientado ideologicamente pelas concepções ultra neoliberais, considerando também a recente crise sanitária dentro de um processo mais amplo de crise estrutural. Em seguida, busca-se em discussões amparadas na teoria social crítica que sustentaram e ainda sustentam o Serviço Social, particularmente na transição do século XX e XXI, elementos para pensar e refletir os rebatimentos das relações sociais contemporâneas no trabalho do assistente social. Por fim, realiza-se um exercício de ilustrar as refrações da atual conjuntura no trabalho dos assistentes sociais situados na área sociojurídica, tendo por base o levantamento mencionado.

Este esforço, mesmo que inicial, sinaliza a necessidade contínua de buscar mediações que permitam ler criticamente e apreender a totalidade da realidade do Serviço Social nas instâncias de natureza jurídica, de modo a se distanciar de considerações que figurem o nível das aparências, e se localizem possibilidades de enfrentamento aos tensionamentos presentes nesses espaços.

<sup>6</sup> Tem-se como ponto de partida uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, sobre o trabalho de assistentes sociais no sociojurídico no estado do Pará e, recentemente, no Projeto de Extensão da Faculdade de Serviço Social da mesma universidade, intitulado “O Sociojurídico na Roda”.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E O ESTADO

A história e a literatura crítica-dialética demonstram que nas contradições e crises intrínsecas ao capital, há uma intensificação da exploração da força de trabalho e maiores manifestações contrárias ao capitalismo. Diante desse processo a intervenção do Estado se dá na regulação das divergências entre classes.

De um modo geral, a teoria social crítica entende que o Estado emerge das relações de propriedade e produção da sociedade, e expressa os interesses políticos da classe dominante como ferramenta de controle social. Porém idealiza uma postura imparcial, por intermédio da estipulação de normas jurídicas que contribuam para conquistas sociais, enquanto atende as demandas dos detentores dos meios de produção, com a burocratização dessas normas<sup>7</sup>.

Nesse íterim, importa resgatar reflexões de Mészáros (2011) e sua defesa na existência de uma crise de caráter estrutural e global instaurada no século XX, que incorpora de modo contínuo e em maior escala todas as consequências de todas as crises pertinentes às relações sociais capitalistas, condicionando o planeta às necessidades reprodutivas do capital, ainda que isso os leve ao seu próprio fim.

Como resposta, desde 1970, o capitalismo financeiro mundializado adota padrões de acumulação flexível e neoliberalismo globalizado como resposta a essa crise estrutural, e intervêm e adquirem forças de governança sobre Estados nacionais. No mesmo contexto, redefinem-se os papéis dos países do Norte e do Sul global com uma nova divisão internacional do trabalho que complexifica suas realidades econômicas, políticas, sociais, ambientais e geográficas.

No mundo do trabalho, destaca-se a flexibilização que desregulamenta legislações trabalhistas, com relações e condições de trabalho mais precárias,

<sup>7</sup> De acordo com Hamburgo (2022, p. 37) “(...) o Direito é uma forma de dominação de classe, pois carrega em si o direito burguês, não reconhece nenhuma distinção de classe e nenhuma diferença entre os indivíduos, submetendo igual direito aos desiguais. (...) Tendo em vista o limite do universo jurídico burguês, (...), compreende-se que as lutas sociais representam o movimento de desvelamento pela classe trabalhadora quanto à exploração e opressão engendrada no modo de produção capitalista (...)”.

PROMOÇÃO



APOIO



intensificação da força de trabalho, mesmo diante da tecnologia e revolução informacional. Um cenário de precarização do trabalho que se aprofunda com a pandemia da Covid-19, não somente no sentido laboral e imediato das condições de trabalho, mas partindo das relações trabalhistas como implicadores de maior ou menor qualidade de vida e proteção social<sup>8</sup>.

Sobre o assunto, Antunes (2020) relembra que o intuito do sistema capitalista é a produção de mais capital, sem que haja limites para tal objetivo, mesmo que esta engrenagem econômica possua a capacidade de destrutividade em larga escala. Nesse sentido, o autor afirma que a pandemia evidenciou ainda mais como a categoria trabalho é essencial para o funcionamento e desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Afinal, com o isolamento social e a paralisação de diversos setores produtivos da sociedade, o sistema econômico enfrentou grandes quedas na produção dos bens materiais comercializados, bem como a desvalorização do capital.

Dessa forma, a crise sanitária se apresenta dentro de uma conjuntura de crise fundamentalmente estrutural, como posto em Mézáros (2011), com desigualdades basilares ao modo de produção capitalista, pois perpetuam a dominação e exploração, sem as quais é impossível a sua reprodução. Assim, aprofunda as contradições e desigualdades sociais em proporções sempre maiores, com destaque para: desemprego em larga escala, especialmente de jovens e mulheres; devastação ambiental; fome; pobreza; terceirização; subcontratação; informalidade; trabalho temporário; e outros apontados por Sales (2021) e Sales e Mathis (2023)<sup>9</sup>.

As características abordadas anteriormente ultrapassam o setor privado e impregnam o setor público, com um amplo processo de financeirização da coisa

<sup>8</sup> De acordo com Gomes, Sales e Mathis (2023, p.80), “É na periferia, entre trabalhadoras negras e negros, que a morte por Covid-19 é maior, ou seja, a classe trabalhadora mais empobrecida e precarizada que vive na informalidade, nos subempregos e desempregada é a mais vulnerável à contaminação pelo vírus.

<sup>9</sup> E também novos modos de organização e controle do trabalho que exigem a multifuncionalidade ou polivalência do trabalhador, bem como “Metas de produtividade; trabalho em equipe e captura da subjetividade do trabalhador em função da empresa; não reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe ou como um coletivo e uma perda de identidade individual; resultando na fragilização das organizações e representações de trabalhadores” (SALES e MATHIS, 2023, p. 29).

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



pública, maior liberdade ao mercado e reduzem a intervenção estatal na questão social e suas múltiplas refrações. Também é preciso considerar as determinantes da formação social e econômica brasileira com a inserção do país no circuito do capital dentro de suas contradições próprias.

Vale lembrar que nessa conjuntura se acirram as disputas de classes, particularmente nos últimos trinta anos, que pautam exigências no Estado, inclusive de instituições jurídicas, com redefinição de seus papéis e, segundo Sales (2021), exige-se, o zelo no cumprimento de políticas públicas e outros direitos sociais previstos na Constituição, diante de um processo de descrença no Executivo e Legislativo, “com destaque para a gratuidade de processos que indicaria maior acesso das classes subalternas” (SALES, 2021, p. 31).

Como resultado, cresce o fenômeno da judicialização da questão social na busca de garantia de direitos “em uma conjuntura de ampliação de suas funções contraditada pela defesa do Estado mínimo” (SALES, 2021, p. 31). E o Estado, inclusive as instituições jurídicas, se mostra um campo marcado por tensões entre classes, que se afluíram desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tensões que, em determinados momentos maiores aberturas de caráter democrático e nos últimos anos um avanço do conservadorismo da extrema direita. E o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão do trabalho, não está à mercê deste processo, como é possível observar a seguir.

### 3 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA ATUAL E SUAS REFRAÇÕES NO SERVIÇO SOCIAL

A partir das reflexões conjunturais anteriormente apresentadas, importa sinalizar que em um processo dialético as instituições e as profissões caminham conforme o contexto no qual estão inseridas e também influenciam no percurso que o mercado realiza. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não está alheio, pois a sua trajetória acompanha as movimentações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ocorridas nos trinta últimos anos. Tal como as instituições jurídicas, e outras instituições estatais, “o Serviço Social brasileiro é questionado pela sua prática política e, a partir de uma criticidade fundamentada no pensamento marxiano e marxista, se permite autocrítica e tenta romper com suas históricas posições conservadoras, como analisa Netto (2008)” (SALES, 2021, p. 145). O que se expressa principalmente na construção de um projeto ético-político coletivo profissional crítico, que se opõe às concepções de mínimas sobre o Estado.

Um projeto que ainda apresenta uma direção crítica hegemônica, mas é constantemente tensionado pelas contradições internas e externas à profissão. Afinal, como afirma Netto (1996), a profissão não é indiferente às diversas concepções ideológicas e políticas vinculadas a projetos sociais que apresentam interesses irreconciliáveis em se tratando de luta de classes.

Como consequência das alterações na vida social e no mundo do trabalho, assiste-se ao surgimento de novas demandas profissionais que se equiparam sempre mais às necessidades do capital e se distanciam das necessidades sociais, como refletem Mota e Amaral (1998).

Nesse cenário, a partir de Iamamoto (2007), problematiza-se a condição de trabalhador assalariado que tem relativa autonomia no seu exercício profissional, devido seus estatutos legais e éticos, constantemente tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada de seus diferentes empregadores: o próprio Estado, empresas, organizações de trabalhadores, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. São eles que

Determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

A defesa da autora reside no argumento de que a análise da profissão e seu significado social devem considerar a natureza da profissão e as relações sociais sobre as quais se realizam as atividades profissionais, para não fazer uma análise a-

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

histórica. Desse modo, cabe mapear as funções, atribuições, regulamentações específicas ao trabalho, normas contratuais, etc., exigidas para realização do exercício profissional do assistente social.

Questões que permitem pensar sobre a “capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000), isto é, a instrumentalidade da profissão. Para além de se ater aos instrumentos e técnicas profissionais, cabe apreender como as necessidades sociais das distintas e antagônicas classes se apresentam, através de inúmeras mediações, como demandas às/aos assistentes sociais, além de resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais e/ou espaços sócio-institucionais onde se localizam os profissionais.

Essas breves reflexões relembram as exigências e direcionamentos para a categoria profissional de correlacionar dialeticamente as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, alinhadas às discussões críticas presentes no projeto ético-político. É um exercício contínuo para ir além das imediatidades postas no cotidiano que podem confundir e igualar as demandas institucionais com as reais necessidades sociais dos trabalhadores que são sujeitos da intervenção profissional. Principalmente quando considerado que também a/o assistente social faz parte da classe trabalhadora, ou seja, sobre ela/ele recaem os rebatimentos do processo de flexibilização, precarização e intensificação da força de trabalho inerente ao avanço do mercado em tempos de financeirização mundializada e neoliberalismo globalizado. Isso significa dizer que as concepções ideológicas que buscam a conservação da sociedade que nutre o capital também atingem diretamente seu fazer profissional.

Igualmente, ao analisar as relações e condições do trabalho do/da assistente social no estado do Pará durante a pandemia da covid-19, Gomes, Sales e Mathis (2023) destacam que, embora as competências e atribuições do trabalho profissional estejam sob direcionamento do projeto ético-político, a partir da legislação da profissão e das entidades representativas, a tendência das condições de trabalho postas aos profissionais é de uma crescente individualização. Reconhecem, ainda, que a crise

PROMOÇÃO



APOIO



sanitária trouxe o Brasil de volta ao mapa da fome mundial, fato que convida a refletir que

Regiões mais periféricas como o norte e o nordeste expressam, sobretudo, o aprofundamento da desigualdade social e da miséria, um comprometimento da sobrevivência humana, e é nessa conjuntura de intensas contradições e acirramento das desigualdades sociais que se efetiva de diferentes formas o cotidiano profissional das/os assistentes sociais (GOMES; SALES; MATHIS, 2023, p. 83).

#### 4 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA NA ATUAL CONJUNTURA

Com base nas reflexões acima, faz-se o exercício de refletir como as instituições sociojurídicas compreendem o trabalho da/o assistente social, a partir das habilidades e competências requisitadas a profissionais, na recente conjuntura de retrocessos de direitos, e amplo crescimento do mercado.

Destarte, com base no levantamento bibliográfico, selecionaram-se materiais publicados entre 2007 e 2022, com as seguintes palavras-chaves: “Serviço Social no Judiciário” ou “Serviço Social no Sociojurídico”, que totalizaram 52 para análise final. A busca teve como fonte o banco de teses e dissertações e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e diretamente nos sites de revistas avaliadas no Serviço Social com qualis entre A1 e B2.

Acerca do levantamento documental, localizaram-se pesquisas sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil e no estado do Pará, como o mapeamento do CFESS (2014) sobre assistentes sociais da área sociojurídica. Consultaram-se também endereços eletrônicos e editais de concursos públicos e processos seletivos realizados nos últimos treze anos nas seguintes instituições paraenses: Ministério Público, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASEPA), Tribunal de Justiça.

A análise do material bibliográfico de assistentes sociais que se debruçaram a entender a realidade do Judiciário enquanto Estado a partir da perspectiva da teoria



social crítica, como Iamamoto (2004), Borgianni (2013; 2014), Fávero (2013; 2014; 2015) e Sierra (2011; 2014; 2018), indicam uma série de limites e possibilidades presentes no exercício cotidiano no sociojurídico em virtude das contradições estatais. Suas apreensões da realidade sociojurídica são qualificadas na medida em que a relacionavam com os rebatimentos da reestruturação produtiva do capital na vida social, o aprofundamento das manifestações da questão social, a concepção punitivista e criminalizadora do Estado e a restrição de investimento nas políticas sociais.

Permitem, ainda, pensar as instituições sociojurídicas como Estado repleto de contradições que não podem responder a contento os processos que envolvem violação de direitos sociais, e que assistentes sociais não dão conta de enfrentar isoladamente demandas institucionais que nem sempre vão de acordo com suas competências e atribuições privativas, ou as diretrizes do projeto ético-político.

Nesse sentido, em uma relação entre a intervenção profissional na área sociojurídica e a conjuntura atual, os trabalhos apontam os seguintes limites:

**Tabela 1** – Limites presentes no exercício cotidiano do assistente social no sociojurídico

1	Condução das ações governamentais públicas sob critérios de seletividade e um reforço à lógica da privatização das ações sociais;
2	Crescente processo de mercantilização das necessidades sociais e precarização das políticas sociais;
3	Teor burocrático, autoritário, conservador, coercitivo e positivista (com destaque para a “neutralidade científica e metodológica jurídica”) presente no Judiciário;
4	Legislação brasileira de caráter essencialmente positivista que iguala os cidadãos em uma realidade de caráter profundamente desigual e contraditória;
5	Condução legal das instituições do Judiciário de modo a desconsiderar as contradições sociais;
6	Aumento das diversas situações de violações de direitos e o depósito de suas resoluções exclusivamente no judiciário, corroborando a um processo de judicialização da política e da própria questão social;
7	Tensionamento na relação de autonomia entre os três poderes do Estado diante da impositividade do Judiciário na exigência de cumprimento de sanções que desconsideram questões macro, como o orçamento e financiamento destinado a políticas públicas ou ainda decisões que favorecem interesses do mercado;

8	Tendência da visão de mundo dos operadores do direito ser vinculada aos interesses da classe dominante, classe da qual muitos sempre fizeram parte;
9	Subordinação institucional que se confunde com subalternidade do profissional de Serviço Social em relação aos operadores do direito;
10	Tradicionalismo e conservadorismo ainda acompanham o Serviço Social e tendem a orientar intervenções que individualizam e responsabilizam os sujeitos atendidos e, portanto, uma tendência de visão de mundo também vinculada aos interesses da classe dominantes;
11	Contratos de trabalho via concurso público ou de caráter temporário (celetista), ou via cedência de profissionais de outros órgãos públicos, ou ainda, mesmo vinculados a outros órgãos, são demandados pelas instituições do judiciário;
12	Dificuldade de garantir sigilo profissional por salas inadequadas para atendimento, ou ainda pela obrigação do depoimento especial, a partir da lei n.º 13.431, de 4/4/2017;
13	Utilização (que por vezes é integral) de pareceres sociais por parte dos operadores do direito que desconsideram o estudo social e/ou perícias realizados, imputando responsabilidade exclusiva ao assistente social das sanções e decisões judiciais, descaracterizando os instrumentais técnico-operativos;
14	Desgaste emocional e físico de assistentes sociais diante das contradições institucionais, do Estado, das políticas e o descaso em relação às situações trágicas a que são submetidos indivíduos e suas famílias atendidas;
15	Efeitos da pandemia de Covid-19: ampliação do trabalho remoto e do teletrabalho em detrimento de estratégias estatais para contenção de recursos; dificuldades do exercício profissional frente à diminuição, por parte dos usuários, de acesso aos direitos sociais; atribulações ao Sigilo Profissional, durante atendimentos virtuais
16	Desconhecimento técnico de nomenclaturas e conceitos, por parte dos profissionais de Serviço Social, quanto às especificidades das demandas apresentadas pelo usuário.

Fonte: SALES, 2021; atualizada pelo/as autor/as em 2023.

No caso do estado do Pará, o levantamento documental, aponta o rebatimento dessas limitações em relação às habilidades e competências exigidas pelas instituições sociojurídicas onde se encontram assistentes sociais. A título de ilustração, é possível observar reduzidas realizações de concursos públicos, favorecendo o regime de contratação celetista, a cedência de profissionais vinculados a outras

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

instituições, ou ainda demandando que assistentes sociais de outras instituições cumpram competências concernentes aos estabelecimentos de natureza jurídica.

Nos editais de concursos públicos e processos seletivos, encontram-se colocações amplas e generalistas, e termos de cunho conservadores, como: “prestar serviços, no âmbito social [...] para eliminar desajustes de natureza biopsicossocial de indivíduos” (SEAP, 2021), “apoiar coordenadorias no desempenho de suas funções [...]; elaborar a metodologia para uma pedagogia da leitura da palavra e das realidades [...]; promover o exercício do cidadão [...]” (FASEPA, 2018), e “executar atividades relacionadas com Assistência Social” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018).

Ainda, é destaque a relação entre cargo técnico definido pela instituição contratante e profissão, com a substituição do cargo de “assistente social” por outras nomenclaturas como “analista judiciário”, “analista de defensoria”, “técnico de gestão penitenciária com formação em Serviço Social”. Tal realidade se soma a alta demanda de atendimentos diários em contraponto a uma reduzida equipe de assistentes sociais, que são requisitados com demandas conforme o entendimento da disposição hierárquica institucional. Esse cenário aponta para uma possível supressão das atividades profissionais, bem como a tendência para a polivalência de funções atribuídas ao assistente social, pois parecem secundarizar a profissão.

Tais posturas parecem reforçar uma estrutura hierárquica que regula a autonomia da intervenção do assistente social pelo desconhecimento da profissão e instigam a problematizar a elaboração dos editais de concursos e processos seletivos, para identificar as orientações ideológicas que norteiam suas respectivas constituições. De qualquer modo, considerando as reflexões teóricas realizadas, observam-se que as exigências e requisições identificadas nos levantamentos tendem a demonstrar como as instituições e o trabalho profissional caminham para o atendimento das necessidades do capital, e não das necessidades sociais dos trabalhadores propriamente ditas, mostrando-se reflexo da atual conjuntura no mundo do trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O exercício realizado permite identificar elementos que ilustram como ocorre a reconfiguração de espaços sócio ocupacionais, e as demandas institucionais que se apresentam aos assistentes sociais da área sociojurídica, a partir: das transformações societárias, mudanças no padrão de acumulação e regulação social e seus rebatimentos nas relações entre Estado e sociedade, pautados no atendimento aos interesses do mercado, sobretudo financeiro.

Por se tratar de um esforço inicial, há necessidade de se aprofundar sobre as características das instituições sociojurídicas enquanto Estado nesse processo de profundas e constantes transformações societárias. Mesmo assim, a indicação da redefinição das instituições sociojurídicas no processo de redemocratização das relações sociais da década de 80, contraditada pela defesa do Estado mínimo, já sinalizam contradições claras que reverberam no trabalho do assistente social.

São exemplos condutas que revelam uma verticalização profissional hierárquica institucional e relações trabalhistas conservadoras que interferem diretamente nas competências e atribuições privativas do profissional. Assim, o crescimento de demandas em contraponto ao reduzido quadro de profissionais se agravam perante: o acúmulo de funções, uma descaracterização e/ou confusão entre função profissional e cargo, uma reduzida realização de concursos públicos, e a imposição de posicionamentos que favorecem uma revitimização das famílias atendidas.

Essa leitura crítica inicial só é possível e só tende a avançar na medida em que não se desvinculem situações encontradas no exercício cotidiano da/o profissional das realidades de ordem macrossocietária. Um exercício provocado pelas/os autoras/es utilizadas/os com fundamentação na teoria social crítica que localiza mediações entre o singular e o universal, que permitem identificar limitações de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e dialeticamente indica possibilidades de enfrentamento às barreiras, como a construção e defesa contínua de um direcionamento hegemônico crítico estratégico, como o atual projeto ético-político.

PROMOÇÃO



APOIO





## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-238.

\_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005a.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005b.

\_\_\_\_\_. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

BORGIANNI, Elisabete. Prefácio. In: FÁVERO, Eunice; GOIS, Dalva Azevedo de (org's.). Serviço Social e Temas Sociojurídicos. Debates e experiências. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2014.

CAPES. Portal de periódicos. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: junho de 2023.

\_\_\_\_\_. Banco de teses e dissertações. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: junho de 2023.

\_\_\_\_\_. Plataforma sucupira. Qualis periódicos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/istaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: abril de 2023.

CFESS. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.

\_\_\_\_\_. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/diretrizes-curriculares>. Acesso em novembro de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/Default.aspx>. Acesso em setembro de 2018.

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO Disponível em:  
<http://www.dpu.def.br/legislacao/editais?limit=15&limitstart=0>. Acesso em setembro de 2018.

FASEPA. Disponível em: <http://fasepa.pa.gov.br/?q=node/1215>. Acesso em setembro de 2018.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 115, p. 508-526, jul./set. 2013.

FÁVERO, Eunice Teresinha; GOIS, Dalva Azevedo de (orgs). Serviço Social e temas sociojurídico: debates e experiências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

FÁVERO, Eunice Teresinha; et. Al. (orgs). O Serviço Social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2015. 5ª ed.

GOMES, L. M. S. L; SALES, C. R. L; MATHIS, A. A. Serviço Social e trabalho: exercício socioprofissional no Pará/Brasil. In: O desafio das/os assistentes sociais em tempos de crise e pandemia no estado do Pará. BRAGA, C. S. C. et al. (org). Belém: CRESS; UFPA; PPGSS, 2023.

GUERRA, Yolanda A. D. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Brasília: UNB/ABEPSS/CFESS, 2000, Cadernos do CEAD (Curso de Especialização à distância em Políticas Sociais), 11p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio-jurídica. In: SALES, M. et al. (org). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

HAMBURGO, Joana de et al. As dimensões do trabalho profissional do assistente social mediadas na perícia social e duas determinações no capitalismo. Rio Grande do Sul: 2022, dissertação de mestrado, 195p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em:  
<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.home>. Acesso em setembro de 2018.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011. Cap. 18 e 25.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. Cortez: São Paulo, 1998, p. 23-44.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 1996, n. 50, ano XVII, abril, p. 87-132.

SALES, Carla R. L. O trabalho da/o assistente social no estado do Pará: particularidades do sociojurídico. Belém: 2021, Tese de doutorado, 255p.

SALES, Carla R. L.; MATHIS, Adriana de A. Considerações sobre o estado na contemporaneidade e suas inflexões no sudeste do Pará/Brasil. Pelotas: Sociedade em Debate, v.29, n. 1, p. 21-40, jan./abr. 2023.

SIERRA, Vânia Morales. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. Florianópolis: Revista Katálysis, v. 14, n. 2, p. 256-264, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. O Poder Judiciário e o Serviço Social na judicialização da política e da questão social. Brasília: Ser Social, v. 16, n. 34, p. 30-45, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_; REIS, Josélia Ferreira dos. Poder Judiciário e Serviço Social. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SIPROS. **Editais SEAP** Disponível em:  
<https://www.sipros.pa.gov.br/selecoes/eyJpdil6lm9uelVmWXpKclJNTnBjQXhsZFFGcnc9PSIsInZhbHVlIjoiaWRmY3NULzFXVEVrNzZYMVpCdXI3dz09liwibWFjIjoiMzgxYTZjY2Q0MWI0YjRkNzBhMzE1MjUxNjQ0MzU0YzRjNTNmNmM1MDk0MjIOTQ2Mzg1ZjY0YWFjODY4ZGM0YiJ9/arquivo>. Acesso em junho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em:  
<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Concursos-Publicos/867-CONCURSO-PUBLICO-No-002-2014.xhtml>. Acesso em setembro de 2018.

PROMOÇÃO

